

Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 15

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

O movimento de Boulos na reforma tributária, com vistas para 2024 3

FOLHA ONLINE - SP - INDÚSTRIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo tenta conter pressão de empresas que buscam exceções na reforma tributária
..... 4

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lojas online chinesas entram na mira do governo; Lula critica falta de taxaço 7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira apertará o arcabouço fiscal - ADRIANA FERNANDES 9

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Folha promove seminário sobre os impactos da reforma tributária na saúde (Impactos da
Reforma Tributária na Saúde)
..... 10

RÁDIO CÂMARA FM 96,9 - DF - COM A PALAVRA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fiscais sugerem mecanismos para garantir créditos tributários do novo imposto criado pela
reforma tributária
..... 11

RÁDIO CBN BRASÍLIA FM 95,3 - DF - CBN BRASÍLIA - MANHÃ
REFORMA TRIBUTÁRIA

Entrevista com Saullo Vianna, deputado federal e integrante do grupo de trabalho da reforma
tributária
..... 12

FOLHA ONLINE - SP - PAINEL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Cúpula da reforma tributária articula apoio de governadores da oposição 13

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Artigo: A reforma tributária nos cinco grandes grupos de tributos 14

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária e "detalhes" importantes - OPINIÃO JURÍDICA 16

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira amplia grupo de trabalho da tributária 18

PORTAL R7 - NACIONAL - MINAS GERAIS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária deve simplificar impostos e não irá pesar para consumidor, avalia deputado
..... 19

PORTAL R7 - NACIONAL - MG RECORD
REFORMA TRIBUTÁRIA

MGR na Política: setores apontam prós e contras da reforma tributária..... 20

VALOR ONLINE - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Arcabouço fiscal pode ser votado em apenas 15 dias", diz Arthur Lira 21

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

IBS pode encarecer feijão e baratear carro 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira quer pautar texto antes da tributária e dar relatoria ao PP 29

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Setor de saúde pode ter aumento de carga, admite Appy 31

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Indústria farmacêutica diz que apoia reforma, mas quer regime especial 32

O movimento de Boulos na reforma tributária, com vistas para 2024

Por João Paulo Saconi - Brasília

Bernard Appy, secretário que Fernando Haddad escalou para tratar da **reforma tributária**, recebeu Guilherme Boulos no Ministério da Fazenda na quarta-feira, por cerca de uma hora.

A reunião serviu para o líder do PSOL na Câmara manifestar preocupação com a manutenção da arrecadação de **impostos** em São Paulo capital, onde vai se candidatar a prefeito no ano que vem.

Há um temor nas administrações municipais com a possibilidade de diminuição da arrecadação ante os planos de acabar com o ISS (Imposto Sobre Serviços) e substituí-lo por um IVA nacional (Imposto sobre Valor Agregado).

Boulos ouviu de Appy e sua equipe de economistas que a mudança não deve impactar as contas municipais. No caso paulistano, a arrecadação de ISS é disparada a maior do país: R\$ 23,6 bilhões em 2021, ante R\$ 6,71 bi no Rio e R\$ 1,91 bi em Minas.

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/lauro-jardim/post/2023/03/o-movimento-de-boulos-na-reforma-tributaria-com-vistas-para-2024.ghtml>

Governo tenta conter pressão de empresas que buscam exceções na reforma tributária

Danielle Brant

Mesmo com a posição firme do governo na defesa de uma **reforma tributária** sem exceções, setores já se articulam para tentar obter um tratamento favorecido no texto em meio a temores de aumento da carga tributária e elevação de custos.

Desde que as discussões foram retomadas no começo deste ano, a principal voz contra a adoção de uma diferenciação entre setores é a do secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy.

Em entrevista à Folha no começo de março, ele defendeu que a reforma seja o mais homogênea possível e afirmou que "quanto mais exceção tiver [...], maior tem que ser a alíquota básica para poder manter a carga tributária".

Na terça-feira (21), em reunião da FPE (Frente Parlamentar do Empreendedorismo), Appy voltou a defender que o texto evite ao máximo as flexibilizações. "A gente sabe que, por uma questão política, vai acabar tendo algumas exceções", disse. "O ideal é que seja o mínimo possível, a regra mais homogênea possível e desenhada de um jeito que dê o mínimo possível de distorções."

No dia seguinte, em evento da CNSaúde (Confederação Nacional de Saúde), ele reconheceu ser "muito provável que acabe tendo alguns tratamentos diferenciados para alguns setores." "Muito provavelmente o setor de saúde vai estar entre esses setores que vão ter um tratamento diferenciado, já tem sinalizações disso", complementou. "A decisão se vai ter ou não vai ter será do Congresso Nacional."

No grupo de trabalho que discute o tema, as confederações setoriais começam a ser ouvidas em audiências nesta semana -na quarta-feira (29) há ainda a previsão de participação da ministra Simone Tebet (Planejamento e Orçamento).

Na primeira tentativa de discutir a reforma, em 2021, um rol de setores recebeu a sinalização de que poderia ter algum tratamento diferenciado no texto final.

Atividades agropecuárias, agroindustriais, pesqueiras e florestais, educação, saúde, transporte público

coletivo e rodoviário de cargas e entidades beneficentes de assistência social são citadas no substitutivo apresentado pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator na comissão mista que analisou o mérito das PECs 45, do deputado Baleia Rossi (MDB-SP), e 110, do Senado. O colegiado acabou extinto em maio de 2021 por falta de previsão regimental, nas palavras do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Nas discussões de 2023, saúde, educação e agronegócio são citados como potenciais exceções a constar do texto final de Ribeiro, escolhido novamente para relatar a PEC no grupo de trabalho criado pelo mesmo Lira na Câmara.

Os setores defendem a necessidade de um tratamento diferenciado. A CNSaúde encomendou um estudo à LCA Consultores que apontou para um aumento de carga de 9,9% para 25% a 32%, caso seja adotada uma alíquota única de **impostos**.

"Os argumentos do secretário são de que haverá aumento do **PIB** e que a facilitação burocrática do sistema trariam ganhos. Só que esses ganhos são possíveis ou não", diz o presidente da confederação, Breno Monteiro.

Ele argumenta que o setor de saúde tem desequilíbrios, com operadoras de planos apresentando déficit e aumento de custo de insumos por causa da pandemia. "Se a gente ainda tiver que pagar mais imposto seria mais um complicador para o sistema neste momento."

"A gente precisa ser tratado diferente porque não é um pedido do sistema de saúde brasileiro, isso é a experiência internacional [com o] Imposto Único de Valor Agregado, [que] mostra que em 80% dos países há esse tratamento."

Com um eventual aumento e repasse de custos, complementa, poderia haver uma fuga de pessoas do setor privado para o sistema público de saúde.

Na educação, a argumentação segue linha parecida. A professora Amábele Pacios, do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular, afirma que o setor privado, com a educação básica e o ensino superior, desobriga o Estado a arcar com R\$

280 bilhões. "Isso significa que, se a gente cessar as nossas atividades, esse é o dinheiro que o governo tem que pôr [na rede pública] para manter as crianças e jovens que estão estudando conosco", afirma.

"Não pode mais haver oneração para a gente, porque significaria diretamente aumento de mensalidade." Pacios também defende que o tratamento diferenciado seja realmente diferenciado. "A gente sempre procura saber o que significa o diferenciado. Porque, de repente, ele pode dar um aumento de 20% para todo mundo e 19% para a educação e chamar isso de diferenciado."

O agro também cita a experiência internacional para defender que o setor tenha um regime especial na reforma.

"A gente fez levantamentos que mostram que países que usam o IVA, principalmente os da OCDE, têm tratamento favorecido para as atividades agropecuárias. De 35 países, quatro não têm alíquota favorecida para o agro, que são Chile, Dinamarca, Estônia e Nova Zelândia. São países que não têm tradição de produção agropecuária como o Brasil", afirma Renato Conchon, coordenador do núcleo econômico da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil).

Ele diz que esse tratamento é necessário para reduzir o preço para a população e garantir a competitividade dos produtos no mercado internacional. "É esse modelo que a gente quer aplicar aqui."

No relatório de 2021 da PEC 45, o regime especial para o setor tinha caráter temporário, o que é criticado por Conchon. "Esse tratamento diferenciado estaria previsto apenas durante a transição dos **impostos**. Depois que o IBS [Imposto sobre Bens e Serviços] começasse a valer, essa transição acabaria e seria alíquota única para todo mundo. É o que a gente não quer. A gente quer o tratamento favorecido para o agro e para os outros setores de maneira permanente na Constituição."

Ele cita outro problema tributário do setor, que seria a cobrança do ITR (Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural). "A gente vai continuar com esse problema porque a discussão não está sendo tocada neste momento no Congresso Nacional. Ou seja, está impondo o aumento de carga tributária na **reforma tributária** do consumo, e os nossos atuais problemas, um deles o ITR, não vai ser resolvido."

No caso do setor de transportes, que também teve previsão de regime especial transitório no substitutivo de 2021, a crítica envolve a falta de transparência sobre os dados. "A gente pede desde o governo

anterior que o Appy demonstre os números, que a **Receita Federal** demonstre os números para justificar a alíquota. Por que tem que ser 25% ou 32%, como diz a Receita?", questiona o presidente da CNT (Confederação Nacional do Transporte), Vander Francisco Costa.

"Quem tem benefício para atrair investimento é a indústria. A reforma vem para poder reduzir a carga tributária da indústria. A gente não tem nada contra isso. Nós estamos até dispostos a pagar um pouco mais de tributo para poder ter uma indústria mais pujante. Mas beneficiar a indústria e nos prejudicar, em vez de simplificar o sistema, complicando mais o sistema com um período?", contesta.

Para ele, a desoneração da folha de pagamentos ajudaria a compensar esse aumento de carga tributária que seria decorrente da reforma, nos cálculos do setor. "São duas situações distintas. No transporte de cargas, o aumento a gente vai repassar para a escala seguinte, vai onerar o produto final. Mas passageiro é complicado", diz. "Se você pegar uma alíquota de transporte de passageiro urbano, que hoje paga ISS de 3% a 5%, e jogar 25% [de tributo], aumenta a passagem de ônibus de 20% a 30%. É um problema."

A CNT defende três alíquotas: uma básica, que é para a maior parte dos setores; uma alíquota menor para serviços essenciais como saúde, educação e transporte de passageiros, e uma alíquota seletiva para majorar o imposto de itens como tabaco e bebida alcoólica.

A desoneração sobre salários é defendida pelos setores de serviços e comércio. Luigi Nese, presidente da CNS (Confederação Nacional de Serviços), afirma que a carga maior sobre o setor é salário, que, diz, pode representar até 80% do custo. "Se não fizer a desoneração da folha de pagamento, essa **reforma tributária** não passa de jeito nenhum. A carga sobre o setor de serviços, e principalmente sobre o setor de profissionais liberais, vai ser enorme."

Ele avalia que a medida minimizaria o impacto sobre o setor de serviços, reduzindo custos e compensando o aumento da carga tributária estimado pelo setor. Nese defende também a criação de um imposto sobre movimentação financeira, a exemplo da extinta CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira). "Não está se discutindo o imposto que hoje todo mundo quer cobrar sobre as grandes movimentações financeiras que são feitas no Google, na Amazon, na Microsoft."

Guilherme Mercês, diretor de Economia e Inovação da CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens,

Serviços e Turismo), disse ainda não haver uma forma clara e objetiva de garantir a cumulatividade plena. "Vai depender de regulamentações de leis complementares, como é hoje. Foram saindo diversas leis ou ficaram algumas brechas que geraram insegurança jurídica."

Ele diz que a não cumulatividade plena é importante para não haver dúvida sobre onde a empresa vai obter crédito. Além disso, argumenta ser importante manter o modelo do Simples Nacional.

"O que nos preocupa aqui? Se eu lanço outro modelo onde eu vou ter aproveitamento total de créditos e eu deixo o Simples como está hoje, eu meio que vou deixar as empresas do Simples numa situação muito desfavorável em relação àquelas outras que têm crédito no modelo novo", disse. "Ninguém vai querer comprar das empresas do Simples, porque vai comprar sem crédito deles. Você cria um problema de mercado para as empresas do Simples."

Na Indústria, setor mais favorável ao modelo de reforma discutido hoje no Congresso e apoiado pelo governo, a expectativa é que sejam eliminadas distorções. "Técnicamente, não tenho dúvidas de que o ideal é a alíquota única. Mas politicamente é difícil. A CNI entende que alguns tratamentos favorecidos fazem sentido. Saúde, serviço de educação, agropecuária e agroindústria, construção civil, sistema financeiro têm que ter um tratamento diferente", afirma o gerente-executivo de Economia, Mário Sérgio Telles.

Ele critica a cumulatividade de **impostos** na cadeia. "A gente tem um estudo que mostra que a Indústria chega com 7,4% de resíduo na ponta. O importado vem com zero. A gente começa a competir perdendo de 7%. Agricultura e serviço têm mais resíduo. O produto agropecuário que chega na ponta tem 12% e o serviço, 11,6%", complementa.

Para Venilton Tadini, presidente-executivo da Abdib (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base), a preocupação do setor é com aumento do preço dos serviços e com o destino de créditos tributários. "Tem muito investimento a ser feito nessas concessões e isso tem que partir do princípio que os créditos vão ser rapidamente utilizados", disse. "Dependendo de cada empresa, do projeto que ela tem, ela tem uma incidência distinta. A preocupação com infraestrutura é com relação a serviço público e com a indústria de construção, que pega também o custo de investimento."

Indústria e Infraestrutura - Querem acabar com distorções; Indústria critica cumulatividade

Comércio e Serviços - Defende desoneração da folha

de pagamento, que, na visão do setor, compensaria aumento da carga tributária estimada

Transportes - Discorda da transição e defende a prorrogação da desoneração da folha de pagamento para compensar o setor; defende ainda um modelo de três alíquotas

Agronegócio - Quer tratamento diferenciado como adotado em parte de países da OCDE, rejeita caráter transitório do regime especial e quer discutir ITR (imposto sobre propriedade territorial rural)

Saúde - Cita isenção em quase 80% dos países e alíquota diferenciada em outros 6% pela essencialidade do setor

Educação - Defende adoção de alíquota menor para o setor -e que seja expressiva

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/03/governo-tenta-conter-pressao-de-empresas-que-buscam-excecoes-na-reforma-tributaria.shtml>

Lojas online chinesas entram na mira do governo; Lula critica falta de taxaço

Brasília

Na véspera de viagem à China, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Congresso manifestaram preocupações com o crescimento das vendas online de produtos chineses no País, por empresas como Shein e Aliexpress, alegando que essas plataformas não pagam os devidos **impostos**. Lula deve embarcar neste domingo, 26, para Pequim acompanhado de mais de 200 empresários.

O presidente da Frente Parlamentar Mista do Empreendedorismo (FPE), que reúne 230 parlamentares, deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP), diz que o comércio nacional tem sido prejudicado. É uma concorrência desleal, afirmou ao Estadão. Segundo Bertaiolli, o Brasil já recebe cerca de 500 mil pacotes diários da China. Vamos pedir para as empresas brasileiras terem a mesma competitividade.

Na terça-feira, 21, o próprio presidente criticou a compra de produtos sem o pagamento do Imposto de Importação. Está crescendo a importação de produtos que não pagam nenhum imposto nesse País, disse Lula, em entrevista ao portal 247. Eu quero uma relação extraordinária com os chineses, a melhor possível, mas não podemos aceitar que as pessoas fiquem vendendo para cá sem pagar imposto.

Segundo apurou o Estadão, o tema deve ser contemplado na **reforma tributária** em discussão no Congresso. O Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que poderá ser criado para fundir os **tributos** atuais, deve estabelecer uma tributação equivalente para produtos nacionais e importados. Assim, e-commerces estrangeiros teriam de se registrar e recolher o IVA.

A reforma, porém, prevê uma transição gradual e longa - que pode levar até 2031. Por isso, empresas do varejo nacional têm cobrado uma solução mais rápida.

Redes pressionam Haddad para não taxar plataformas

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vem sendo pressionado nas redes sociais a não taxar compras em e-commerces asiáticos, sobretudo na Shein. Vocês não estão nem doidos de mexer com as taxações da Shein, comentou uma usuária na página do ministro no Instagram. Diminui os **tributos** das lojas brasileiras

que voltamos a consumir os produtos daqui, escreveu outra pessoa. Mexa com tudo, mas não mexa com a nossa Shein. Deixa os pobres comprarem em paz, diz outro comentário.

O assunto foi abordado em reunião da Frente Parlamentar Mista do Empreendedorismo (FPE) - que conta com 230 parlamentares - com Haddad na semana passada. O ministro respondeu que o governo está atento a essa modalidade de comércio, afirmou o deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP), presidente da frente.

Entidades do varejo nacional, como a Associação Brasileira de Varejo Têxtil (Abvtex), vêm pressionando o governo e o Congresso para que esse tipo de compra seja tributada com o Imposto de Importação a que estaria sujeita pela lei (leia mais ao lado).

Segundo essas entidades, uma das formas de as plataformas driblarem a tributação é enviar os produtos como se o remetente fosse uma pessoa física, por causa da isenção do Imposto de Importação para compras internacionais de até US\$ 50 entre pessoas físicas. As empresas também alegam que os e-commerces dividem um pedido de um mesmo consumidor em vários pacotes menores.

O comércio digital está sendo uma grande novidade para o mundo inteiro, e todos os países estão lidando com essa novidade. O Brasil não é diferente, e é um dos maiores mercados consumidores do mundo, disse Bertaiolli. Como tratar isso? É uma decisão do Poder Executivo, da **Receita Federal**. Se nós não estivermos atentos a isso, nós não vamos promover essa isonomia com as empresas nacionais, afirmou.

Outro lado

Em nota, a Shein afirmou que cumpre as leis e regulamentos locais do Brasil, mas não comentou a cobrança de imposto dos seus clientes. A empresa afirma que vende para o País desde 2020, utilizando parceiros logísticos locais. Disse ainda que tem estabelecido parcerias com diversos fornecedores do mercado brasileiro.

A Shopee, criada em Cingapura, afirmou, também em nota, que atua no Brasil desde 2019 como uma empresa local, com CNPJ e sede em São Paulo, e que

mais de 85% dos pedidos são de vendedores locais. Disse ainda que nove em cada dez dessas vendas são de empresas com CNPJ, e que há hoje mais de 3 milhões de vendedores brasileiros cadastrados na plataforma.

A chinesa Aliexpress, que opera desde 2010 e tem uma versão de seu site em português desde 2013, afirmou em nota que tem como prioridade cumprir a regulamentação dos países onde atua e quer participar ativamente no desenvolvimento da economia digital local.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/03/25/lojas-online-chinasas-entram-na-mira-do-governo-lula-critica-falta-de-taxacao.htm>

Lira apertará o arcabouço fiscal - ADRIANA FERNANDES

ADRIANA FERNANDES

Arthur Lira é hoje o principal aliado político do ministro Fernando Haddad para aprovar o projeto de uma nova regra de controle das contas públicas com maior aperto fiscal, sem exceções, e forte suficiente para apontar uma trajetória de reversão do déficit das contas públicas já em 2024.

Enquanto Haddad sofre pressão de ministros do governo, do PT e dos partidos da base aliada para fazer uma regra mais flexível e com escapes que permitam mais gastos, Lira sai em defesa do ministro da Fazenda ao dizer que o seu projeto terá respaldo da Câmara e que com ele tem o melhor diálogo.

É um recado bem claro ao governo Lula. Lira e o Centrão não deixarão que o novo arcabouço fiscal seja aprovado com grande liberdade para Lula gastar ao longo dos próximos quatro anos.

Se o projeto chegar frouxo ao Congresso, Lira será o fiador do aperto da nova regra fiscal. Essa será a sua agenda econômica para 2023, o que deixou claro ao empurrar esta semana a **reforma tributária** para depois na lista de prioridades. O apoio de Lira vai muito além de uma preocupação puramente fiscalista com a saúde das contas públicas.

Impossível esquecer que o Centrão no governo Bolsonaro jogou a responsabilidade fiscal para o alto e patrocinou uma escalada populista para buscar a reeleição do ex-presidente.

Lula errou ao postergar o anúncio do arcabouço fiscal para depois da sua viagem para a China. Atropelou o compromisso do ministro Haddad de apresentar o projeto ainda em março, fomentou intrigas entre ministros, renovou a imprudente artilharia ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e pavimentou a desconfiança com a nova âncora fiscal.

O que ficar de fora e de dentro do projeto revelará os princípios e as prioridades do governo.

O arcabouço vai revelar as contradições internas e de governabilidade do governo. As principais: ministério da Fazenda versus Casa Civil, ala política e BNDES.

E as questões com a base do Congresso, ainda não

testada e em atrito com a disputa entre os presidentes do Senado e da Câmara em torno da tramitação das medidas provisórias.

Num ambiente tão tumultuado, o anúncio da nova regra pelo governo tende a acabar em anticlímax. Antes mesmo de o projeto ser enviado pelo governo, a atenção já está completamente voltada para os parlamentares e as negociações paralelas. Será tudo muito custoso.

Se quiser ter protagonismo no debate da regra fiscal, Haddad deveria pensar melhor e desistir de acompanhar Lula na viagem à China. Os próximos dias serão decisivos para o seu plano econômico.

Lula errou ao postergar o anúncio do arcabouço fiscal para depois da sua viagem para a China

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Folha promove seminário sobre os impactos da reforma tributária na saúde (Impactos da Reforma Tributária na Saúde)

A Folha promove, no dia 3 de abril, um seminário sobre os Impactos da **Reforma Tributária** na Saúde para discutir os efeitos das propostas que estão sendo discutidas no Congresso nos preços de equipamentos médicos, remédios, planos de saúde, exames laboratoriais, entre outros.

O webinar tem início às 9h, no MIS (Museu da Imagem e do Som), com abertura do deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG), coordenador do grupo de trabalho da **reforma tributária** na Câmara dos Deputados. Em seguida, a mesa discute como as mudanças impactam o setor de saúde.

Haverá transmissão ao vivo nesta página e no Youtube . Interessados em acompanhar o evento presencialmente de forma gratuita podem se inscrever pelo Sympia.

O público também poderá participar online, com envio de perguntas e comentários pelo WhatsApp, no número (11) 99648-3478.

O seminário tem patrocínio da Abimed (Associação Brasileira da Indústria de Tecnologia para Saúde).

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2023/03/folha-promove-seminario-sobre-os-impactos-da-reforma-tributaria-na-saude.shtml>

Fiscais sugerem mecanismos para garantir créditos tributários do novo imposto criado pela reforma tributária

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2023/03/24/RDIOCMARAFM969DF-08.30.07-08.34.06-1679664205.mp3>

Entrevista com Saullo Vianna, deputado federal e integrante do grupo de trabalho da reforma tributária

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2023/03/24/RDIOCBNBRASL>

[IAFM953DF-07.36.08-07.43.52-1679669235.mp3](#)

Cúpula da reforma tributária articula apoio de governadores da oposição

Painel

A cúpula do grupo de trabalho da **reforma tributária** na Câmara se antecipou ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e já amarrou o apoio dos três governadores mais proeminentes da oposição hoje: Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP), Romeu Zema (Novo-MG) e Jorginho Mello (PL-SC).

O movimento tem dois objetivos. O primeiro é evitar que a oposição jogue contra a proposta e dificulte ainda mais a sua aprovação. Ao conseguir apoio dos três, evita que bolsonaristas se oponham por ser um suposto projeto do Lula.

O segundo é garantir o protagonismo da Câmara, que vem tomando a dianteira nas discussões.

Tarcísio esteve com os deputados Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) e Baleia Rossi (MDB-SP), relator e autor da proposta em tramitação, no último dia 13. Ele tem dado declarações favoráveis à reforma. Jorginho Mello recebeu a visita de Aguinaldo.

Já Zema, como o Painel mostrou, encontrou-se com Reginaldo Lopes (PT-MG), coordenador do grupo de trabalho.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2023/03/cupula-da-reforma-tributaria-articula-apoio-de-governadores-da-oposicao.shtml>

Artigo: A reforma tributária nos cinco grandes grupos de tributos

Mauro Silva

A **reforma tributária** tem sido considerada pelos atores políticos e do setor produtivo como saída do chamado manicômio tributário, situação que vem sendo forjada há décadas por múltiplas mãos: do Executivo, do Congresso Nacional, dos grandes contribuintes e da autoridade tributária.

É certo que alguns fatores são notoriamente disfuncionais em nosso sistema tributário e podem estar contribuindo para travar o crescimento da riqueza nacional e prejudicando a diminuição da desigualdade social. Só por isso, as alterações que comporiam o conteúdo de uma **reforma tributária** estão acertadamente na agenda do governo, que se diz preocupado com a melhoria da qualidade de vida, especialmente dos mais vulneráveis.

Para facilitar o entendimento do debate em torno do tema, destaco a existência de cinco grandes grupos de **tributos**: **tributos** incidentes no consumo, sobre a renda, que financiam a previdência, e sobre o patrimônio, que incidem no comércio exterior. Entre os fatores que justificam uma **reforma tributária** nos **tributos** sobre o consumo, podemos citar a existência de 27 legislações diferentes do ICMS e de outras tantas do ISS, bem como igual número de modelos de contencioso administrativo, o que eleva o custo de conformidade tributária a níveis que desestimulam o investimento das empresas e causa um represamento trilionário de créditos tributários pendentes de julgamento; a cobrança do ICMS na origem, que promove a guerra fiscal e enfraquece o federalismo; a existência de incontroláveis benefícios fiscais ineficientes; a injustiça social de os mais pobres arcarem com o imposto sobre o consumo. Fácil notar que a simplificação não pode ser o único objetivo de um reforma nesse grupo de **tributos**, posto que trataria apenas de uma de suas disfunções.

Na seara do imposto sobre a renda, a injustiça tributária é a protagonista. Com a defasagem de correção da tabela do Imposto de Renda atingindo 151,46% e com uma arrecadação prevista para o próximo ano que ultrapassa R\$ 400 bilhões, a falta de correção da tabela onera injustamente a classe média em mais de R\$ 230 bilhões, com mais de 20 milhões de brasileiros pagando indevidamente o imposto e outros 19 milhões arcando com um imposto superior

ao devido. Enquanto esse escândalo ocorre, temos os mais ricos sendo privilegiados com a isenção de imposto sobre a renda no recebimento de lucros e dividendos e por meio da tributação nula ou extremamente favorecida de fundos bilionários.

Os **tributos** que servem ao financiamento da previdência vêm sofrendo com a precarização das relações de trabalho. O empreendedorismo semiescravista dos aplicativos, a pejetização, verdadeira fraude que cresce pelas brechas da legislação e pelo estímulo do empregador, turbinada pela ampliação das MEIs, vêm enfraquecendo a folha de salários como base de cálculo para o principal tributo que financia a previdência dos brasileiros.

Os **tributos** sobre o patrimônio, especialmente o IPVA e o ITCMD, possuem distorções impactantes por sua participação de 1,65% no total de **tributos** arrecadados. Proprietários de jatos e lanchas de luxo não pagam IPVA, ao passo que o proprietário de um carro básico paga 5% do valor do bem. Na transferência de heranças, o ITCMD tem sido negligenciado nas legislações estaduais, com alíquotas que em média atingem 8%, ao passo que no Chile é de 35%, nos EUA 40% e na Alemanha é de 50%. Um limite mínimo para a alíquota em nossa Constituição poderia superar essa distorção.

O grupo de **tributos** que parece ter saído do manicômio parecer ser o dos **tributos** sobre o comércio exterior. Tendo como principal objetivo proteger e incentivar a economia nacional, e não sua arrecadação, são quase inexistentes as demandas por ajustes nesse grupo de **tributos**.

A **reforma tributária**, inspirada no conteúdo de nossa Constituição Federal, não pode estar focada apenas na simplificação e em um único grupo de **tributos**. É preciso que outros objetivos sejam alcançados, como a eliminação dos benefícios fiscais ineficientes, e a redução da carga de **tributos** no consumo dos mais pobres. Temos que olhar para o efeito positivo no desenvolvimento nacional sustentável, para a geração de empregos e renda, para a implicação significativa no crescimento do PIB com foco na diminuição das desigualdades sociais e regionais. Assim, haverá sensível melhora na percepção do contribuinte de que caminhamos para a justiça tributária.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/opiniao/2023/03/5082547-artigo-a-reforma-tributaria-nos-cinco-grandes-grupos-de-tributos.html>

Reforma tributária e "detalhes" importantes - OPINIÃO JURÍDICA

Luiz Gustavo Bichara é sócio do Escritório Bichara Advogados e procurador tributário do Conselho Federal da OAB

Finalmente parece haver consenso político e social para deliberação da **reforma tributária** sobre o consumo, proposta pelas PECs 45 e 110. Ambas se assemelham na essência ao propor a substituição do PIS/Cofins, ICMS e ISS pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), o qual: (i) possuiria base de incidência ampla; (ii) seria totalmente não cumulativo; (iii) incidiria no destino; e (iv) teria alíquotas definidas por cada ente federativo e aplicadas uniformemente a todos os bens e serviços. Além disso, propõem a substituição do IPI por um imposto seletivo sobre produtos cujo consumo se pretenda desincentivar.

As propostas são inequivocamente meritórias ao focarem na adoção de um sistema que funciona bem em mais de 190 países (o do IVA - Imposto sobre o Valor Agregado), e que tende a simplificar a tributação. O caminho é esse.

Todavia há ainda alguns aspectos que precisam ser debatidos com a sociedade, visando uma maior transparência e a garantia de uma transição suave, sem sobressaltos na já combalida economia nacional. Algumas ideias nesse sentido: Parece difícil que haja uma alíquota única, pois o novo tributo afeta setores da economia de forma diferente. Por exemplo, enquanto a principal despesa do setor industrial é de insumos tributáveis, a do setor de serviços é a folha de salários, que não geraria crédito. Assim, a carga tributária nos serviços sofreria um acréscimo brutal; para uma empresa submetida ao regime de lucro presumido, a tributação média sairia de 8,65% (PIS/Cofins/ISS) para 25% (IBS).

Seria mais razoável que o novo tributo tenha algumas faixas (com alíquotas diferentes), tal como ocorre em mais de 80 países.

Muitos contribuintes possuem enormes estoques de créditos acumulados de PIS/Cofins e ICMS, que precisam ser restituídos ou compensados com o IBS. A securitização proposta pela PEC 45 é inaceitável, diante do histórico de inadimplência dos entes federativos. Um país que não paga precatórios não pode esperar que o contribuinte aceite esse tipo de promessa.

Já a questão da extinção de todos os incentivos fiscais deve ser analisada com cautela. Muitos exigiram contrapartidas concretas por parte dos contribuintes (investimentos, geração de empregos etc). Nesses casos é inevitável que se respeite o prazo de fruição dos benefícios contratados. Essa é uma questão elementar de segurança jurídica, expressamente tratada no artigo 178 do Código Tributário Nacional (CTN).

Por outro lado, é correta a premissa desdobrada nas PECs sobre preferência de um subsídio financeiro a um tributário, de maneira a efetivamente só beneficiar aqueles que realmente dele precisam, e não a todos indistintamente. Por isso, meritória a ideia do cash back sobre itens da cesta básica, substituindo a desoneração hoje existente. Mas há de se reconhecer que alguns regimes promovem efeitos positivos sob o ponto de vista econômico e social, e se prestam à consecução da política pública ensejadora de sua criação (como é o caso do Prouni, que viabilizou estudo superior a milhares de jovens a um custo para o Estado muito inferior ao per capita em universidades públicas).

Também é importante a certeza de que IBS será exigido quando da liquidação financeira da operação, evitando-se a tributação de valores inadimplidos. E em hipótese alguma poderia seu creditamento ser condicionado à comprovação do recolhimento do imposto pelo fornecedor, tal qual sugerido na PEC 45. Cabe às autoridades tributárias a fiscalização dos **tributos**, não ao próprio contribuinte.

Deve também a PEC estabelecer a obrigatoriedade de se acrescer o valor do IBS ao preço contratado, inclusive nos contratos firmados antes de sua vigência. Isso permitiria aos contribuintes repassarem o ônus do IBS para o consumidor final, perfectibilizando a pretendida não cumulatividade (sob a ótica formal, ao menos. É claro que a questão da inelasticidade de preços vai se impor e constituir um problema sério para muitos contribuintes).

Noutro giro, é urgente que finalmente se garanta a isenção sobre serviços prestados para o exterior. Em prol do desenvolvimento econômico e inclusão do país na cadeia internacional de valor, impende afastar limitações que negam vigência à isenção, como o

debate sobre local em que o resultado do serviço seja verificado.

Igualmente é necessário concretude no prazo de ressarcimento de créditos.

Ainda que haja regras impedindo repasses para entes que não o procedam, há necessidade de estipulação de salvaguardas objetivas.

Não podemos tampouco esquecer que inexistem quaisquer dados empíricos sobre a arrecadação do IBS, e isso é grave. Para se evitar repentino aumento da carga tributária por conta de um eventual exagero na calibração das alíquotas, deve ser garantido um maior período de transição, com alíquotas simbólicas nos primeiros anos, para que se avalie a sua capacidade arrecadatória e eficiência.

Por fim, é fundamental aproveitar a oportunidade dessa reforma para combater a chaga da sonegação fiscal. Boa parte do problema se resolve com tributação monofásica em setores com alto índice de sonegação (com o IBS incidindo uma única vez, no produtor/importador). Se a alíquota for fixada por unidade de medida, tanto melhor, pois, caso se tenha oscilação de preço do produto, não haverá impacto na carga tributária.

A adoção dessa medida será um tiro certo nos sonegadores contumazes.

O sistema tributário atual está com prazo de validade vencido. A mudança para um IVA moderno é bem-vinda. Mas quanto mais cautela e debate, melhor. A rota é boa, mas não dá para ir no piloto automático.

Luiz Gustavo Bichara é sócio do Escritório Bichara Advogados e procurador tributário do Conselho Federal da OAB

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187500>

Lira amplia grupo de trabalho da tributária

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro De Brasília

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), ampliará o número de integrantes do grupo de trabalho da **reforma tributária** de 12 para 15 deputados nos próximos dias. O objetivo é incorporar setores que acabaram "subrepresentados" na primeira composição do colegiado.

Com isso, devem ser incluídos deputados do Sul, do Rio de Janeiro e uma mulher.

Ainda não estão escolhidos os representantes do Sul e do Rio, que não tem ninguém para representá-los hoje no GT, enquanto São Paulo ficou com quatro deputados e Minas Gerais, com dois. No Rio, um dos cotados para a vaga é o deputado Pedro Paulo (PSD), especialista em finanças públicas e ligado ao prefeito da capital, Eduardo Paes (PSD), mas isso ainda não está decidido.

Segundo três parlamentares envolvidos na discussão, a deputada deve ser Tabata Amaral (PSB-SP). Além das questões da bancada feminina, ela também tem como pauta a educação, um dos setores que pode ter aumento da carga tributária se houver uma alíquota única para o Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) que seria criado a partir da fusão do ICMS, ISS, PIS, Cofins e IPI. O grupo já debate, contudo, dar um tratamento favorecido ao setor educacional para aliviar esse aumento nos custos.

A mudança na composição deve também diminuir o peso dos votos dos representantes da Zona Franca de Manaus no grupo da reforma. Hoje eles têm 25% dos votos e passariam para 20% (embora, no total da Câmara, eles tenham apenas 1,5% dos votos).

Essa super-representação ocorreu porque os parlamentares do Amazonas pediram a seus partidos que os indicassem para o colegiado, por causa da preocupação da indústria local com o fim dos incentivos tributários. O número de votos dentro do GT tornou mais proeminente a necessidade de uma regra específica para a região. O governo ainda elabora essa proposta.

O GT começou a funcionar há cerca de quatro semanas, com a realização de audiências públicas e reuniões fechadas com setores empresariais, prefeitos e governadores, mas a falta de representatividade de alguns setores virou alvo de reclamações internas.

Na divisão inicial, Lira priorizou um deputado por partido, com a indicação dos líderes, mas decidiu ampliar em mais três nomes após pedidos dos parlamentares.

A previsão é de que o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) apresente seu parecer aos demais integrantes no dia 16 de maio.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187500?page=1§ion=1>

Reforma tributária deve simplificar impostos e não irá pesar para consumidor, avalia deputado

Minas Gerais

|

Pablo Nascimento, Do R7

O deputado federal Newton Cardoso Jr (MDB-MG), membro do grupo de estudo sobre a **reforma tributária** na Câmara dos Deputados, avalia que o projeto tem como objetivo simplificar o pagamento dos **tributos** no país e garante que não haverá aumento no bolso do consumidor.

"Não é nosso objetivo aumentar imposto. Não vamos deixar a **reforma tributária** fazer isto. Somos terminantemente contra", disse durante participação no quadro MGR na Política, da Record TV Minas, na noite desta quinta-feira (23).

"Você sabe quanto paga de imposto hoje quando compra um celular? E quando compra um produto da cesta básica. Ninguém sabe. O que estamos trabalhando na Câmara é para fazer uma unificação de pelo menos cinco **impostos** sobre consumo", detalhou o parlamentar.

Atualmente, há duas propostas em análise. Elas sugerem a unificação de ao menos cinco **tributos** da união, dos estados e municípios. São eles: ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), PIS (Programa de Integração Social), Cofins (Contribuição para Financiamento da **Seguridade Social**), IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e ISS (Imposto Sobre Serviços).

"O objetivo de Brasília hoje, seja na PEC [Proposta de Emenda à Constituição] 45 ou 110 ou em novo texto que acreditamos ser mais simplificado, é simplificar", conclui.

Assista à íntegra da entrevista e entenda detalhes do projeto no topo da reportagem.

Site: <http://noticias.r7.com/minas-gerais/reforma-tributaria-deve-simplificar-impostos-e-nao-ira-pesar-para-consumidor-avalia-deputado-23032023>

MGR na Política: setores apontam prós e contras da reforma tributária

MG Record

This is a modal window.

Beginning of dialog window. Escape will cancel and close the window.

End of dialog window.

A **reforma tributária** foi tema do quadro MGR na Política desta quinta-feira (23). Especialistas apontam os prós e contras dos projetos que são analisados em Brasília e indicam como as mudanças devem afetar a vida da população. O deputado federal Newton Cardoso Jr (MDB-MG), membro do grupo da Câmara dos Deputados que debate o tema, esteve no estúdio para comentar sobre o assunto.

Veja outras reportagens do MG Record neste link .

Site: <http://noticias.r7.com/minas-gerais/mg-record/videos/mgr-na-politica-setores-apontam-pros-e-contras-da-reforma-tributaria-23032023>

"Arcabouço fiscal pode ser votado em apenas 15 dias", diz Arthur Lira

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro - De Brasília

Em contato constante com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), acredita que o novo arcabouço fiscal que será enviado pelo governo pode ser aprovado em cerca de 15 dias na Casa, ainda em abril, e vê um texto capaz de conciliar as necessidades de crescimento do país com a responsabilidade com as contas públicas. "Quando o texto sofre críticas de alas mais à esquerda e críticas também do mercado, é que está equilibrado", disse.

Em entrevista exclusiva ao Valor, a primeira a um jornal impresso desde que foi reeleito presidente da Câmara, Lira afirma que o arcabouço fiscal deve passar na frente da **reforma tributária** na ordem de votações, mas confia que a simplificação dos **impostos** será votada no primeiro semestre.

A falta de base do governo, destacou, não será problema neste caso. Ele antecipa que aumentará o número de integrantes do grupo de trabalho da reforma, dos atuais 12 para 15, para incluir as mulheres e regiões que não estavam representados.

Lira se posiciona contra a criação de mandatos para ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Afirma que, se dependesse dele, o tema não seria aprovado, mas joga a bola para o Senado debater e apresentar propostas.

A disputa com os senadores, contudo, se avolumou e há 29 medidas provisórias (MPs) do governo Lula (PT) paradas por um impasse no Legislativo. Ele defende que as propostas sejam votadas direto no plenário, enquanto o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), quer a volta das comissões mistas, compostas por deputados e senadores. Lira diz que o Senado tentou impor sua posição e defende o diálogo, mas diz que os deputados não concordam com a volta das comissões no modelo que existia antes e que podem boicota-las, mesmo se houver decisão judicial. Se as MPs perderem a validade, afirma, a culpa será da intransigência do Senado em envia-las. Veja, a seguir, os principais pontos da entrevista:

Valor: O senhor não teme que a Câmara seja apontada como culpada pela derrubada das MPs?

Arthur Lira: Absolutamente. Nossa contestação é que a pandemia trouxe alterações na vida do Parlamento que não retrocederão, como a votação pelos aplicativos [de celular]. O novo rito das medidas provisórias [direto no plenário] é muito mais democrático. A Câmara com 90 dias de discussão e o Senado com 30. Essa versão dos senadores, de que a matéria chega espremida, não é verdadeira. A reclamação do Senado sobre ser Casa revisora também é impertinente porque ele é Casa revisora de todas as matérias de origem governamental.

Valor: Mas a Constituição prevê a discussão nas comissões mistas.

Lira: O projeto de resolução do Congresso sobre a pandemia, acordado entre as duas Casas, está em vigor e não foi alterado. A comissão existe na Constituição? Existe, mas, com todo respeito ao Poder Judiciário, isso não é questão jurídica. É questão política. Os dois presidentes tem que ter serenidade e capacidade suficiente de sentar, coisa que não vem acontecendo, e de conversar, coisa que não vem acontecendo, e não vem acontecendo não por nossa vontade. A obstrução das conversas não partiu da Câmara. As medidas provisórias estão embarceiradas pelo presidente do Senado sem necessidade porque o rito está em vigor.

Valor: Se as MPs caducarem, a culpa será o Senado e do Pacheco?

Lira: Neste caso, sim.

Valor: Em que momento acabou o diálogo e ocorreu essa rixa?

Lira: Rixa não há. O que houve é que o presidente do Senado deixou de conversar. Ponto. Eu não briguei com ninguém. Não é o presidente da Câmara que tem espaço no governo e precisa dar satisfação. Se há alguém que tem espaço no governo é o Senado, que não pode atrapalhar a vida do governo e nem do país. Tem que ter serenidade, sentar, conversar e resolver. Não será resolvido por uma ideia de PEC (proposta de emenda constitucional) sem conversar com a outra Casa.

Acredito que CPI deve ser instrumento de minoria, não movimento político para pressão nesse ou naquele

setor"

Valor: Um senador já ingressou no STF para a volta das comissões.

Lira: Com todo respeito ao Poder Judiciário, sou contra a judicialização da política. Vão dizer: o rito é constitucional. É. O que estamos discutindo é que temos que mudar a Constituição porque as Casas não se entendem. Não será uma decisão judicial que fará com que os líderes indiquem [os integrantes da comissão], que a Mesa pautar, que o plenário vote.

Valor: Se tiver decisão judicial, a Câmara pode se recusar a indicar os integrantes da comissão?

Lira: Pode. Politicamente pode. A decisão dos líderes, por unanimidade, é que são contra comissões no formato que estão e são contra abrir mão da prerrogativa como Casa iniciadora. Decisão judicial não se descumpra, mas ela não funciona para a política. Não é decisão judicial que fará com que o que a gente está dizendo que está errado a gente passe a dizer que está certo.

Valor: Qual a alternativa? Mudar a composição das comissões?

Lira: Seria alternativa, mas a Câmara está hoje contra a comissão mista. Por tudo o que houve no passado, os escândalos, malfeitos e negociações. Uma MP chegava na comissão com dois artigos e saía com 30. Além disso, não tem senadores suficientes para 29 comissões de uma vez. Seria um senador para cinco ou seis comissões, enquanto os deputados serão vilipendiados. Não teria representatividade dos partidos médios e pequenos.

Valor: A outra opção é o acordo para revezar a Casa iniciadora?

Lira: Não abrimos mão das nossas prerrogativas. Mas se o Senado quiser abrir das dele, a gente pode fazer um entendimento. O Senado não é quem sabatina e vota ministro do Supremo? Então vamos fazer um lá e um cá. O embaixador será um lá e um cá, a agência reguladora um lá em um cá. Aí, o que o Senado vai dizer?

Valor: Por que as conversas estão obstruídas com Pacheco?

Lira: Tem que perguntar para ele. Nunca me disse. Espero resolver porque não tenho nenhum problema pessoal nem político com ele. Pelo contrário. Se houve uma interrupção, respeitei, mas quem tem que explicar é ele.

Valor: Qual a última vez que vocês conversaram?

Lira: O cumprimentei no dia da homenagem que ele recebeu no TSE [Tribunal Superior Eleitoral]. E não antes e não depois. (Após a entrevista, Pacheco e Lira almoçaram, mas o encontro terminou sem acordo sobre as MPs)

Valor: Há relação com a Câmara retomar a **reforma tributária**?

Lira: Não. Até porque a **reforma tributária** quem quer é o governo. Fiz compromisso com o MDB de votar porque tínhamos feito acordo com o Senado e a reforma não andou por dois anos. Estamos tratando da PEC 45 num grupo para ampliar e tentar fazer uma **reforma tributária**. A possível, no mais curto prazo, ou uma mais dura, se tiver transição mais longa. Esse é o espírito. Isso foi tratado com o presidente Pacheco pelo presidente [do MDB] Baleia [Rossi] e pelo líder Aguinaldo [Ribeiro]. E como é PEC, tem que ter texto igual [nas duas Casas]. Tanto faz onde começar.

Valor: A Câmara não votou nenhuma matéria polêmica do governo. Isso atrapalha o calendário de votar em junho a reforma?

Lira: Não, são coisas diferentes. Todo governo tem, pelos problemas que condeno do presidencialismo de coalizão, dificuldade de formação de base inicial. A tributária não é projeto de governo, é projeto de país. Dos projetos todos, é o único que independe de base [de governo]. Vai depender da convergência de posicionamentos, da diminuição de arestas, do encontro de saídas. Vamos reforçar o grupo de trabalho com mais três integrantes para atender a bancada feminina e regiões que ficaram subrepresentadas.

Se dependesse somente de mim, não seria votado mandato para ministros do STF, mas jogo a bola para o Senado propor [a PEC]"

Valor: O arcabouço fiscal deve ser votado antes da tributária?

Lira: Com certeza, sempre foi [nossa ideia] pelo calendário. Sempre achávamos que o arcabouço viria antes, a tributária tem o rito dela. Não é questão de precisar de quórum menor por ser lei complementar porque, quando a gente discutiu a PEC da Transição, o compromisso que fizemos [com o Republicanos] foi que tinha que vir texto equilibrado para o arcabouço. Pelas conversas que tivemos com o ministro Haddad [é o que virá]. Quando o texto sofre críticas de alas mais à esquerda e também do mercado, é que está equilibrado.

Valor: Pelas linhas gerais do que mostraram para o senhor, o projeto passará tranquilamente na Casa? Terá mais de 300 votos na Câmara?

Lira: Penso que sim. Está perfeitamente tranquilo aprovar.

Valor: Antecipar a votação do arcabouço fiscal não jogará a tributária para o segundo semestre?

Lira: Não, não. O arcabouço deve ser anunciado na primeira semana de abril. Vai ter a exposição para os líderes e um relator para negociar, arredondar com os líderes e as bancadas. Em uns 15 dias vota, direto no plenário. Tem chance clara de votar em abril. Sobram três meses para que se discuta e vote a reforma ainda no primeiro semestre - que, repito, é uma matéria que todo mundo quer, mas que encontrará muitos entraves.

Valor: Qual modelo o senhor defende para o arcabouço fiscal?

Lira: Não temos ainda o arcabouço traçado. O que enxergamos, e o ministro [Haddad] tem tido bastante cuidado com isso, é criar regra que cuide de promover desenvolvimento e crescimento, mas cuide de ter responsabilidade e olhar para o social. Se não a **inflação** mata o mais carente. Não podemos ter situação como da Argentina, com **inflação** de 100% ao mês. A literatura gosta de chamar o arcabouço de bala de prata, mas acho que pode ser a bala de ouro no Brasil.

Valor: Haddad fala em zerar o déficit primário em 2024. Para o senhor, a meta tem que ser zerar o déficit o mais rápido possível ou dá para conviver mais tempo com déficits em nome do crescimento?

Lira: Não nos foi apresentado isso ainda. O que acho: nada nesse aspecto pode ser artificial. Se for situação forçada, tanto de meta de **inflação** quanto de juros, degrading a economia. Ninguém quer juro alto. Não quero, os bancos não querem e o próprio Banco Central não quer. Mas isso tem a precificação da **inflação** e dos gestos feitos. Precisamos de um armistício.

Valor: Quem será o relator do projeto do novo arcabouço fiscal?

Lira: Não está definido, mas será do PP. Não será, como foi dito na imprensa, de oposição. Será um relator responsável. Se nós estamos defendendo o arcabouço, o relator não vai atrapalhar.

Valor: Até mesmo porque é difícil dizer que o PP é oposição.

Lira: Né? Têm deputados, que a depender do Estado, querem fazer parte do governo e outros que querem ser oposição. Não é problema só do PP. É do PSD, do União.... todos os partidos de centro estão bastante divididos.

Valor: O relator do projeto de Orçamento de 2024 será do PL?

Lira: Será resolvido esta semana, na estruturação do Conselho de Ética e da Comissão Mista de Orçamento. Não vou comentar mais porque ainda estou trabalhando. Regimentalmente, é o PL, mas pode ter acordo.

Valor: O acordo entre Haddad e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) sobre a MP do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** amadureceu na Casa?

Lira: Não tomei nem conhecimento, a gente só ouviu dizer. Vamos encontrar um texto equilibrado, mas não discutimos ainda porque não temos relator, não temos comissão, não temos nenhuma MP tramitando.

Valor: Haddad ou o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, pediram alguma medida legislativa de socorro aos bancos por causa dessa crise internacional?

Lira: Não, não. O que ouvimos deles é que os bancos brasileiros estão bem longe dessa situação.

Valor: As críticas ao Campos Neto atrapalham?

Lira: A independência do Banco Central foi aprovada no Congresso. É a realidade hoje e precisa ser respeitada. O Chile tem governo mais à esquerda que o nosso, Banco Central independente há 20 anos e lá não se debate isso. No Brasil, essa discussão tem que ser passado, temos que olhar para frente. É uma discussão que não ajuda o país e que não vai ter reflexo por parte do Congresso.

Valor: A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Americanas será instalada pela Câmara?

Lira: Não tive tempo de ver todas as CPIs que têm assinaturas suficientes, mas vou me debruçar sobre isso, se tem objeto definido e necessidade. Acredito em CPI como instrumento de minoria, não como movimento político para fazer pressão nesse ou naquele setor. Então vamos analisar com calma. Tem vários pedidos. Da Americanas, dos jogos, do MST, das joias, disso e daquilo.

Valor: Qual será a atuação do Conselho de Ética

diante de recentes discursos preconceituosos?

Lira: Diferentemente dos órgãos que tomam conta de outras categorias, como o CNJ e o CNMP, o Conselho de Ética da Câmara é bastante duro. Não posso tolher a fala dos parlamentares, mas quem fala o que quer responde pelo que fala. Não dá pra gente admitir determinados comportamentos que fujam de uma regra de ética dentro do plenário. Os representantes dos partidos no Conselho de Ética vão ter que funcionar como balizadores do bom convívio, da boa prática, e, se precisar, vão cortar na carne.

Valor: Qual a punição para casos como o do deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), que vestiu uma peruca no Dia da Mulher e fez discurso transfóbico. Censura ou cassação?

Lira: Vai depender caso a caso. Acho a cassação do mandato muito e a censura pouco. Talvez a suspensão do mandato por um período. A suspensão do mandato machuca muito. Sem gabinete, sem salário, sem verba. O cara sente que precisa ter um limite no seu comportamento.

Valor: O senhor era aliado do governo Bolsonaro (PL) e agora apoia o governo Lula. Quais diferenças vê na gestão dos dois governos?

Lira: São governos que se posicionam do ponto de vista ideológico e de iniciativas de forma muito diferente. O relacionamento institucional do presidente da Câmara com o presidente da República é necessário. Todas as conversas que tive com o presidente Lula sempre foram muito tranquilas, respeitadas. Tive o apoio do PT na eleição da presidência da Câmara. Aceitei o apoio, não é? Temos um bom relacionamento, nunca ninguém vai me acusar de trabalhar contra o meu país. Mas tive 464 votos, também tive o apoio do PL, tenho que olhar para todo mundo. O governo vai ter o apoio, vai ter a cooperação, mas preservando algumas situações. O Congresso é de centro-direita e dificilmente alguns temas retroagirão.

Valor: A construção da base do governo está muito lenta?

Lira: Se comparar com os outros governos, acho que não. Não era deputado, mas dizem que no 1º governo do presidente Lula demorou mais. O do presidente Bolsonaro demorou um ano e seis meses. Vamos dar mais um tempo.

Valor: Quais projetos, fora os do governo, o senhor planeja votar?

Lira: Dois projetos importantes são o das fake news e

o do crédito de carbono. O texto grupo de trabalho sobre o novo Código de Mineração está muito razoável e é importante que isso ande. O novo Código de Processo Penal está pronto. Passou por um processo grande, teve ajustes. É assunto complexo, que vai demandar muita responsabilidade.

Valor: O Senado tem falado em estabelecer mandatos para os ministros do STF e presidente Lula disse que o debate ocorrerá "proximamente". A Câmara apoia a ideia?

Lira: Cabe ao Senado, como a Casa que trata de votação dos ministros do Supremo, puxar essa discussão. Mas tenho pensamento muito diferente. Na minha visão pessoal, mandato de ministro, no Brasil, não serve. Não vou fazer juízo de valor, estou falando em caso hipotético. Mas temos candidatos com pouca idade, em média 43, 44 anos, que vão ter longevidade muito grande no Supremo hoje. O que aconteceria se tivessem mandato de dez anos? Qual seria o comportamento de um ministro sabendo que sairá do Supremo com 55 anos? Já entra pensando na saída. Vejo com muita reticência. Se dependesse somente de mim, não seria votado. Mas jogo a bola para o Senado, que é quem tem que propor as alterações.

Valor: Ex-aliados criticam o "auto-exílio" do ex-presidente Jair Bolsonaro e acreditam que ele ficará inelegível. Qual destino vê para ele? Vocês têm conversado?

Lira: Muito pouco. Não tenho juízo de valor com relação ao que ele é ou o que não é. Teve quase 50% dos votos do país nas eleições, então não cabe a mim fazer juízo de valor. Se vai ficar ou não inelegível, isso é decisão do Judiciário. As informações que tenho é que ele está retornando para o Brasil. Ontem foi aniversário dele e, como praxe normal, liguei, dei parabéns e o felicitei pelo aniversário. Conversamos 30 segundos.

Site:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/03/23/arcabo-uco-fiscal-pode-ser-votado-em-apenas-15-dias.ghtml>

IBS pode encarecer feijão e baratear carro

Marta Watanabe De São Paulo

Mesmo que não traga aumento de carga tributária agregada, a reforma na tributação sobre consumo deve ter efeitos heterogêneos sobre preços dos diversos bens e serviços. Tudo depende, claro, do tamanho da alíquota e de questões que ainda serão definidas, como forma de cálculo do imposto e existência de incentivos fiscais.

Considerando certas premissas, como um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) efetivamente não cumulativo, com alíquota uniforme de 25%, mantidas as atuais taxas de lucro das empresas, o preço do arroz e feijão, por exemplo, pode subir praticamente 20%. O do automóvel, porém, pode cair 38,3%.

O aumento ou queda do preço de algum produto pode ser compensado ou amenizado pelo efeito em outro, dentro da cesta de consumo total de uma pessoa ou família.

A mensalidade escolar, excetuando as de empresas do Simples e as entidades imunes, pode pesar 13% a mais no orçamento. Roupas podem ficar 13,7% mais baratas.

Mecanismos como o cashback ou alíquotas diferenciadas para setores restritos, porém, podem alterar efeitos de aumento de preços.

De forma mais agregada, o IBS deve elevar a progressividade na tributação sobre consumo. Ou seja, pessoas com renda mais alta pagarão mais. No decil mais alto de renda - ou seja, entre os 10% de maior ganho -, a fatia na arrecadação total de **tributos** sobre consumo deve subir quatro pontos percentuais, considerando IBS de 26,9%. Em todos os demais decis de renda abaixo há redução de participação.

Essas são algumas das conclusões de diagnóstico do sistema tributário sobre consumo feito para o Banco Mundial pelos economistas Gabriel Lara Ibarra, Eduardo Fleury e Rafael Macedo Rubião. O estudo teve como objetivo calcular a carga tributária de cada bem e serviço levantado na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Considerou-se a POF de 2017/2018. O impacto nos preços também foi medido para se calcular o efeito do novo imposto segundo a renda das famílias.

Fleury lembra que o impacto do IBS nos preços de

bens e serviços não deve ser analisado de forma isolada, porque o IBS deverá ter efeitos heterogêneos para o consumidor.

O efeito líquido em termos de carga tributária para uma pessoa ou uma família depende do que se consome. O impacto calculado nos preços, lembra, considerou manutenção das margens de lucro. Ou seja, para se fazer o cálculo do efeito sobre preço, considerou-se que o produtor ou vendedor não mexeriam na sua taxa de lucro, independentemente do impacto do fim da cumulatividade no custo. Por força das condições de mercado, demanda e oferta, as taxas de lucro também podem variar, mas não seria possível projetar como os agentes econômicos vão reagir, explica.

O efeito sobre preços, lembra, também não deve acontecer de uma hora para outra, já que as propostas em discussão preveem prazo de transição para as empresas, na adoção do IBS. Os prazos de transição dos últimos textos das PECs 45/2019 e 110/19 vão de seis a dez anos. O período de transição é considerado importante para adaptação à mudança de preços relativos que o IBS deve trazer e também para a calibragem da alíquota do novo imposto à medida que os **tributos** originais são eliminados (ver Contexto abaixo).

Para medir o impacto efetivo da tributação no sistema atual, o estudo para o Banco Mundial considerou não somente o tributo na venda ao varejo, mas também o incidente nos custos das empresas e nos fornecedores, diz Fleury, que também é tributarista e sócio da FCR Law.

No sistema tributário atual há "os **impostos** invisíveis", diz. "O consumidor olha a nota fiscal, mas muitas vezes o que está lá é uma pequena parcela do imposto cobrado sobre o bem ou serviço. "É como um iceberg tributário, porque há uma parte da carga tributária que não se consegue ver, que está abaixo da superfície. O que se vê na nota é somente o que se consegue enxergar da superfície." O arroz e feijão, por exemplo.

Atualmente alimentos considerados essenciais são isentos ou têm tratamento tributário mais ameno de PIS, Cofins e ICMS. Quando o consumidor compra algum item isento, por exemplo, pensa que não está pagando nenhum imposto, explica Fleury. Mas a embalagem é tributada, assim como ações contratadas para promoção e marketing dos produtos,

por exemplo.

Além disso, nem todo o tributo pago pelo fornecedor gera crédito, tornando o imposto cumulativo.

Isso faz com que a carga efetiva atual sobre arroz e feijão seja de 3,8%, mesmo que sua tributação na venda no varejo seja zero.

No café a tributação na venda ao consumidor final também é zero, mas a carga efetiva, considerando a parte escondida do "iceberg", é de 10,6%.

No IBS, considerando a não cumulatividade efetiva, diz ele, os **tributos** pagos pelo fornecedor passam a ser integralmente compensados.

Por isso, com um IBS de 25%, segundo o estudo realizado, o efeito no preço dos diversos produtos seria heterogêneo. Porque, mesmo para produtos que não pagam **impostos** no varejo, a carga tributária escondida é muito diversa.

O preço do arroz feijão subiria 19,8%. Do café, 11,2%. Do requeijão, que também é tributado a zero no varejo, cairia 2,4%. O efeito do novo imposto nos preços de alimentos é um dos pontos polêmicos da **reforma tributária**, lembra Fleury. No caso do efeito disso para as famílias de menor renda, nas quais o gasto com alimentos tende a ser mais representativo dentro da cesta total de consumo, a proposta é fazer o cashback, diz ele, que é o ressarcimento ao menos de parte do tributo pago.

Bernard Appy, secretário especial de **reforma tributária**, tem dito que o governo estuda modelos internacionais de cashback.

Ressaltando sempre que a decisão final é do Congresso, Appy tem falado da possibilidade de essa devolução ser imediata, "no caixa do supermercado", com determinadas condições, como limites de valor.

O efeito não será somente de aumento de preços, aponta o estudo do Banco Mundial. Em roupas, pode haver redução de 13,7% nos preços.

Em sapatos e artigos de couro, de 14,2%. Vários itens importantes de materiais de construção, que têm carga tributária efetiva alta atualmente, devem ter redução de preços. Cimento e tijolo, por exemplo, podem pesar 9,2% a menos no bolso do consumidor. Para automóveis, nos quais há carga tributária efetiva atual de 49,6%, o estudo indica redução de 38,3% no preço.

Motocicletas podem ficar 48,9% mais baratas.

Fleury lembra que o estudo considerou as alíquotas de

ICMS em São Paulo. No caso de automóveis, por exemplo, a situação pode ser diferente levando em conta que outros Estados possuem benefícios fiscais diversos para o setor. Nesse caso, diz, a carga tributária efetiva atual pode ser um pouco menor e o impacto nos preços do IBS também será um pouco menor.

Nas mensalidades escolares, outro ponto sensível da discussão de **reforma tributária**, deve haver aumento de preços, segundo o estudo, de 13%. Há diferença se a escola estiver no Simples Nacional, lembra Fleury. Nesse caso o aumento é bem menor, de 0,6%.

Já nas instituições de ensino imunes, a alta é de apenas 0,04%. Segundo dados da **Receita Federal**, diz Fleury, as escolas do Simples Nacional correspondem a 15% total do faturamento auferidas pelo setor. As instituições imunes, a 53%. As escolas que serão atingidas com aumento maior, de 13%, portanto, correspondem a 32% do total de receitas. "Não estamos falando de número de alunos, estamos falando em total de receitas", salienta.

Em relação ao impacto da reforma em serviços de saúde e educação, Fleury destaca que, no âmbito das PECs em discussão, benefícios temporários ou reduções de alíquotas para alguns setores estão em debate. Appy defende que o ideal é que o IBS tenha apenas uma alíquota, mas na terça, dia 21, em conversa com parlamentares, reconheceu que isso provavelmente não ocorrerá.

Para o secretário, o "importante é ter o mínimo possível de exceções" e saúde e educação foram citados entre setores que podem ter tratamento diferenciado.

No conjunto, diz Fleury, a **reforma tributária** com adoção do IBS deve trazer um sistema tributário mais transparente e com maior progressividade, que irá resultar em maior eficiência. Segundo estudo do Banco Mundial, que considerou alíquota de IBS de 26,9%, o grupo dos 10% de maior renda da população brasileira vai avançar de atuais 32,9% para 36,9% na participação da arrecadação de **tributos** sobre consumo, após a reforma. Nos outros nove decis abaixo, essa fatia irá cair após a reforma, em quedas que variam de 0,2 ponto percentual a 0,8 ponto percentual.

Contexto

O estudo "Diagnóstico do Sistema Tributário" foi apresentado na última semana em reunião do Grupo de Trabalho formado na Câmara dos Deputados para debater a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45/2019. Foi com base em premissas dessa PEC

que o estudo foi realizado, considerando um IBS que irá reunir os atuais PIS, Cofins e IPI, federais, ao ICMS estadual e ao ISS municipal. Para medir o impacto nos preços o estudo considerou alíquota de 25% em IBS não cumulativo.

A PEC 45/2019 e a PEC 110/2019 são consideradas pelo governo como as propostas que devem servir de base para a discussão da **reforma tributária** sobre consumo. Uma das grandes diferenças entre as duas propostas é que, em seu último relatório, a PEC 110/2019 estabelece uma tributação sobre consumo também no destino e não cumulativa, mas com dois **impostos**: um IBS federal, juntando **tributos** federais, e um IBS subnacional, reunindo ICMS e ISS.

Como a legislação atual do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre Serviços (ISS) é diversa entre Estados e municípios, respectivamente, o estudo considerou as alíquotas no Estado de São Paulo, para o caso do tributo estadual. No caso do ISS considerou-se alíquota de 2%. Veja resumo das principais premissas consideradas no estudo no quadro acima.

O que é bom saber*:

1) O impacto no preço pode demorar de seis a dez anos, conforme o período de transição para o novo imposto.

2) O estudo adotou hipótese de manutenção das margens de lucro, mas condições de mercado, como demanda e oferta, podem fazer essas taxas variarem.

3) Alguns resultados refletem o setor e não o produto especificamente, pois não foi possível individualizar cada produto, como em remédios.

4) A carga efetiva embute **impostos** escondidos pagos nos insumos e serviços necessários para o produto vendido e por isso é diferente do imposto que se paga na venda ao consumidor final.

5) Os cálculos consideraram ICMS SP e alíquota de ISS de 2%, quando aplicável.

6) Alíquotas aplicadas refletem ano de 2020.

7) As pesquisas setoriais do IBGE usadas refletem 2017 e a Pesquisa de Orçamentos Familiares é a do ano de 2017/2018

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
IBS pode encarecer feijão e baratear carro

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

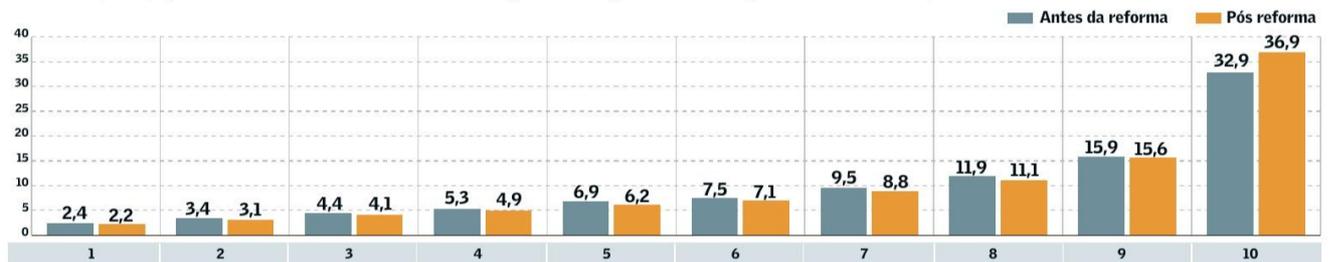
Impactos da reforma

Efeitos do novo IBS sobre preços de itens selecionados - em %

Preços que caem			Preços que sobem		
	Carga tributária atual efetiva	Impacto no preço com IBS de 25%		Carga tributária atual efetiva	Impacto no preço com IBS de 25%
Automóveis	49,6	-38,3	Arroz e feijão	3,8	19,8
Roupas	30,5	-13,7	Escolas	9,5	13
Cimento	26,4	-9,2	Antibiótico	10,7	10,6
Móveis	27,1	-9	Clínicas	11,2	8,4
Antigripal/Analgésico /Anti-inflamatório	24,8	-7,9	Carnes	14,4	6,7
Televisão por assinatura	23,1	-5,6	Refeições em restaurantes	13,5	6,5

■ Maior progressividade

Efeito na participação de cada decil de renda no total da arrecadação da tributação sobre consumo, considerando IBS de 26,9% - em %



Lira quer pautar texto antes da tributária e dar relatoria ao PP

Brasília Apesar do adiamento do anúncio das novas regras para as contas públicas pelo governo Lula (PT), o texto deve ganhar prioridade na Câmara dos Deputados e ser votado antes mesmo da análise da **reforma tributária**.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), quer pautar as mudanças nas regras fiscais ainda no primeiro semestre, logo após o envio formal do texto ao Congresso.

A relatoria deve ficar com um parlamentar do PR mesmo partido de Lira. O presidente da Casa disse à reportagem que ao menos cinco deputados da legenda estão sendo considerados para a relatoria.

A indicação fora prometida ao deputado Mendonça Filho (União Brasil-PE), mas, segundo relatos feitos à Folha, o fracasso das negociações entre o partido e o PP para a formação de uma federação partidária entre as duas legendas acabou minando o acordo.

O projeto deve passar à frente da proposta que une e simplifica os **tributos** sobre consumo -que, diferentemente do novo marco, já está em tramitação. As duas agendas são prioritárias para a Fazenda.

O próprio governo admite que a aprovação da regra fiscal deve ser mais célere. O ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa (PT), disse nesta quarta-feira (22) que "com certeza" o projeto será votado antes da **reforma tributária**.

Lira afirmou que tem dado "sinais públicos de fortalecimento" do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), na discussão sobre a regra fiscal.

"Haddad está sofrendo críticas do mercado e do PT. [Se recebe] crítica dos dois lados, é porque está bom o texto", disse Lira na terça (21). "Ficamos de ter uma reunião com todas as lideranças na quarta até que [o governo] decidiu adiar para depois da viagem do Lula para a China [o anúncio da nova regra], porque achava ruim anunciar e viajar" Segundo o presidente da Câmara, o governo ainda não apresentou projeções dos efeitos do novo marco fiscal nos próximos anos. Como mostrou a Folha, ainda há indefinição em relação a parâmetros que ditarão a dinâmica futura dos gastos. Por isso, há ajustes a serem feitos na proposta.

A decisão sobre a ordem de prioridades entre as duas matérias está relacionada a questões legislativas e políticas.

A nova regra fiscal será um projeto de lei complementar, que tem tramitação mais simples no Congresso, mas requer maioria absoluta de votos: 257 deputados e 41 senadores, em apenas um turno de votação em cada Casa.

Já a **reforma tributária** é uma PEC (proposta de emenda à Constituição), que segue um rito próprio de tramitação. O texto já passou por comissões na Câmara e está pronto para ir ao plenário, mas, diante da perspectiva de mudanças, é atualmente debatido em grupo de trabalho.

Para ser aprovada, uma PEC precisa do apoio de 308 deputados e 49 senadores, em dois turnos em cada Casa.

Além disso, o tema da **reforma tributária** é considerado mais complexo. Embora parlamentares, integrantes do governo e empresários digam que há um consenso sobre a necessidade de simplificar o atual sistema, as minúcias da proposta mexem com interesses de grandes grupos -que se tornam vetores de pressão sobre o Parlamento.

O setor de serviços é um dos que temem a elevação da carga tributária sobre o segmento, que hoje sofre menor incidência de PIS e Cofins, dois **tributos** federais que seriam unificados no novo IVA (Imposto sobre Valor Agregado). O agronegócio também tem dado dor de cabeça nas negociações, impondo resistências.

Por isso, a avaliação de Lira é que não há ambiente para a **reforma tributária** ser votada antes da nova regra fiscal.

Parlamentares da Casa afirmam que a aprovação do novo marco, por sua vez, pode dar uma sinalização importante ao mercado financeiro, no momento em que o governo amplia os apelos para que o Banco Central corte os juros.

A aceleração do projeto de lei, na avaliação de deputados, transmitiria uma mensagem de

compromisso com as contas públicas que seria benéfica para a imagem do governo e do país, atraindo investidores e criando um ambiente favorável para que o BC consiga relaxar sua política monetária.

O deputado Silvio Costa Filho (Republicanos-PE) diz que Lira tem dialogado com os parlamentares sobre o avanço da pauta econômica.

"Há sentimento de que podemos priorizar a âncora fiscal. Com essa pauta aprovada, daremos previsibilidade, buscaremos redução da taxa de juros e teremos uma sinalização clara para o equilíbrio das contas públicas, além de melhorar nossa nota de crédito e a imagem do Brasil para buscar investimentos internacionais", avalia. Idiana Tomazelli, Julia Chaib, Victoria Azevedo, César Feitoza, Thia-go Resende e Nathalia Garcia

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50224&maxTouch=0&_ga=2.108892992.337636395.1679558370-1644899852.1665094077&anchor=6474684&pd=b2aacf28a39319a3e8844544cfa9c5e0

Setor de saúde pode ter aumento de carga, admite Appy

Guilherme Pimenta De Brasília

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Economia, Bernard Appy, disse ontem que deve haver algum aumento de custos para o setor de saúde nas mudanças das regras tributárias, mas disse que é provável que haja tratamento diferenciado, dado pelo Congresso.

"Como pode ser esse tratamento?"

Via alíquota menor, isenção, mudança na regra de creditamento e devolução do imposto para quem está pagando", disse, ao reconhecer aumento de custos para o setor. Ele participou de evento promovido pela Confederação Nacional de Saúde, em Brasília.

Dados apresentados pela confederação no evento apontam que, com o aumento de carga tributária no setor, haveria repasses ao consumidor final. Hospitais e laboratórios, por exemplo, teriam um aumento de carga de 17 pontos percentuais, enquanto que, no caso dos planos de saúde, a elevação ficaria em 22,7 pontos percentuais.

Ao reconhecer o aumento de custos, Bernard Appy também afirmou que, apesar do aumento de custos, há também benefícios para o setor, com um crescimento estimado do **PIB** de 6%. "Acho válido olhar os efeitos sobre preços do setor, é legítimo que o setor defenda sua posição no Congresso Nacional, mas é preciso olhar para outros efeitos, que é impacto sobre crescimento, e tem efeito positivo para o setor." Uma correção de distorção atual no setor, explicou Appy, são mudanças nas regras que, hoje, favorecem o insumo importado em relação ao nacional. "Com a reforma, isso desaparece. É um ganho relevante", comentou. O secretário também ponderou e disse que "não dá para empresas dizerem que não querem sair de sua situação atual e pagarem um centavo a mais de imposto do que pago hoje".

"Aí não tem reforma." "Quando o **PIB** cresce, a renda das famílias cresce. E o setor mais beneficiado é o de serviços prestado para famílias, como o de saúde", comentou.

O Ministério da Fazenda espera mandar contribuições para as propostas que já estão no Congresso - a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/19, que

é relatada pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e a PEC 110/19. A expectativa da pasta é que o texto seja aprovado ainda no primeiro semestre na Câmara dos Deputados e, até o fim do ano, no Senado.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Indústria farmacêutica diz que apoia reforma, mas quer regime especial

Lu Aiko Otta De Brasília

A indústria farmacêutica nacional apoia a **reforma tributária**, mas quer ser enquadrada em um regime especial para a área de saúde.

Esse é o padrão nos países que adotaram o Imposto sobre o Valor Agregado (IVA), disse ao Valor Reginaldo Arcuri, presidente da FarmaBrasil, associação das empresas do setor. "Somos a favor da simplificação, pois há mesmo um manicômio tributário." Hoje, cerca de 70% dos medicamentos comercializados no Brasil não pagam o PIS/Cofins. Eles integram uma lista positiva elaborada pelo Ministério da Saúde que lhes garante esse tratamento tributário especial. Alguns Estados também desoneram medicamentos do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), desde que estejam na lista positiva.

Não está claro se a lista será ou não mantida com a **reforma tributária**.

Alguns projetos de lei apresentados pelo governo anterior acabavam com ela. Relatórios elaborados para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110 deram diferentes tratamentos ao tema.

A estratégia adotada pelo governo é tentar aprovar uma emenda constitucional com os conceitos da **reforma tributária** e depois detalhar os pontos em uma lei complementar.

O tratamento ao setor de fármacos é um dos temas que ficarão para a discussão posterior.

Outro ponto que preocupa os laboratórios é o cashback. Existe a possibilidade de esse mecanismo, que vem sendo divulgado como forma de compensar os mais pobres pelo fim da desoneração da cesta básica, abarcar também os medicamentos. Há muitas dúvidas sobre o público a ser atendido e a extensão desse programa.

São dúvidas que também ficarão para serem dirimidas na elaboração da lei complementar.

Há insegurança também em relação ao Fundo de Desenvolvimento Regional, destacou Arcuri.

Esse mecanismo está previsto na PEC 110 e o governo o apoia, pois serviria para ajudar Estados menos desenvolvidos.

Nas últimas décadas, várias unidades da federação atraíram empresas oferecendo descontos no ICMS, na chamada "guerra fiscal".

A reforma pretende acabar com esse mecanismo. O Fundo de Desenvolvimento Regional seria uma forma de trocar esses incentivos fiscais por apoio financeiro concedido via orçamento. Essa segunda forma é recomendada por especialistas em contas públicas, por ser mais transparente.

A guerra fiscal foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Desde então, foram editadas duas leis. Uma convalidou benefícios que já haviam sido concedidos. Outra assegurou que benefícios já existentes permaneceriam válidos até 2032.

Não se sabe como a **reforma tributária** se relacionará com essas leis.

Tampouco está claro como os Estados utilizarão os recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional: para atender as empresas que tinham direito aos descontos do ICMS ou para atrair novas plantas.

A lista positiva é a mesma desde o governo de Dilma Rousseff, comentou Arcuri. Com isso, medicamentos novos têm tratamento tributário diferente dos mais antigos, que estão na lista. A atualização do rol é um pleito importante do setor. O antigo Ministério da Economia chegou a elaborar uma revisão no ano passado, mas não concluiu o processo.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>